

# **O Descompasso entre tecnologia e a cultura da inclusão.**

Cristina Maria Alves de Jesus

## **RESUMO**

Este breve estudo apresenta alguns aspectos considerados relevantes no processo de investigação para avaliar a compreensão dos gestores e agentes da cultura sobre o tema Acessibilidade Cultural e as atitudes que às inviabilizam no âmbito das organizações sociais tanto governamental quanto não governamental, o impacto na consolidação das políticas públicas de cultura resultando reflexões em torno de ideologias, do desenvolvimento tecnológico e a cultura da inclusão.

Palavras-chave: Acessibilidade Cultural, Barreiras Atitudinais, Políticas Públicas de Cultura, Inclusão Social

## **ABSTRACT**

This brief study presents some aspects considered relevant in the research process to evaluate the understanding of managers and cultural agents on Cultural accessibility issue and attitudes to make it impossible in the social organizations both governmental and non-governmental, the impact on the consolidation of policies public culture resulting reflections on ideologies, technological development and culture of inclusion.

Keywords: Cultural accessibility, Attitudinal Barriers, Public Cultural Policies, Social Inclusion

---

Aluna do Curso de Especialização Latu-Sensu da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro para obtenção do título de Especialista em Acessibilidade Cultural. 2015-2016. [Cristinaalves62@hotmail.com](mailto:Cristinaalves62@hotmail.com).

Dois fatores me conduziram à escolha do tema aqui abordado: O Primeiro, a experiência da convivência com o serviço público no âmbito das políticas públicas de cultura, quando pude vivenciar dificuldades, por também possuir deficiências a exemplo da mobilidade reduzida e baixa visão. E o segundo fator se constituiu a partir de uma observação das dificuldades que o público passa quando os mesmos se dirigem a esses serviços, na busca do acesso à cultura, devido às barreiras atitudinais.

Nessa construção, Fausto Joaquim, foi um dos autores escolhidos para o meu embasamento teórico e diria uma prata da casa, por ele ser baiano e por possuir um caminho percorrido na luta em defesa das pessoas com deficiência na cidade de Salvador.

Com ele foram delineadas algumas reflexões, tanto sob a ótica da elaboração teórica que embasam as políticas públicas de cultura, quanto o que trás de interpretação essas políticas, para que sejam materializadas no exercício diário da gestão cultural. Porém construindo-se esse caminho nos deparamos com as barreiras atitudinais que vão conformando uma cultura contrária à das atitudes inclusivas. Supondo que no bojo do próprio avanço tecnológico a corrida desenfreada de todos não os fazem pensar no objetivo a ser alcançado que é a inclusão de todos e a promoção dos direitos de forma igualitária.

No tempo de agora é abismal o descompasso, que ha entre a velocidade com que evolui a tecnologia e a lentidão como avança o processo cultural.

Tal fato se faz evidente, quando constatamos que tecnologicamente a sociedade se encontra pronta para incluir plenamente a pessoa com deficiência, porém culturalmente despreparada, pois dentro de nós ainda se escondem limitações que nos impedem de permitir que o diferente participe do mesmo contexto que nós.

Muitas vezes até promovemos uma exclusão disfarçada ou inclusão maquiada quando, por exemplo, em sala de aula aceitamos o diferente, mas não ofertamos a este o mesmo acesso ao conhecimento ofertado aos ditos iguais.

## Segundo Fausto Joaquim

"A inclusão maquiada ou a exclusão disfarçada revela o retrato de uma sociedade em conflito, pois ao mesmo tempo em que está se envergonha de declarar-se preconceituosa, não se predispõe a decidir por uma outra mentalidade que se afine com a era pós padronização, que já chegou.

Tal fato prova que apesar de desfrutamos da era da diversidade, tecnologicamente falando, a nossa mentalidade ainda pertence a um tempo que antecedeu este, a uma época que já passou. E o presente diagnóstico nos faz lembrar a frase de Einstein dita no pós-guerra: "A bomba tudo mudou exceto a mentalidade".

E como agravante, ainda fingimos nos deixar levar pela velocidade que o avanço tecnológico nos impõe e com isto dissociamos o que é indissociável, a exemplo de inclusão e acessibilidade, pois enquanto a primeira é a causa a segunda se constitui consequência, todavia opta-se por desprezar a causa ficando-se apenas com o efeito.

E tal dicotomia se constitui na origem do ativismo cego, na elaboração de um projeto de sociedade acessível, sem se saber por que, para que e para quem. E a história nos ensina que qualquer coisa construída sem razão de ser, pode nos levar a qualquer lugar, qualquer direção, qualquer destino e na maioria das vezes desastrosos.

Se me for permitido usar aqui para efeito de ilustração, o conto clássico infantil intitulado Alice No País das Maravilhas, e utilizá-lo como objeto de analogia, chamo a atenção do leitor para o trecho em que a mesma se encontra diante de uma bifurcação e formula ao gato filósofo, a seguinte pergunta: "que caminho eu sigo?" e o próprio lhe responde: "depende para onde você quer ir".

Quero comparar Alice ao projeto atual de acessibilidade efetuado no Brasil, o qual, todavia se encontra desprovido da humildade da personagem, pois não pergunta aos seus destinatários, os quais eu coloco aqui na condição do gato filósofo: que caminho seguir.

A Alice comparada ao projeto de acessibilidade deixa o gato filósofo à margem, para seguir qualquer caminho, ficar perdida em qualquer bifurcação, o que revela um descaso sem tamanho em relação ao destino de tal projeto. O gato filósofo desta história é a dimensão da inclusão, a qual tem na sua própria natureza a condição de indicar ao processo de acessibilidade, que direção tomar.

A época presente na qual a profusão e o compartilhamento de informações são cada vez maiores amplia a possibilidade de reflexão, todavia um paradoxo se estabelece com relação à postura dos tecnocratas, pois estes preferem esquecer a dimensão filosófica das coisas para seguir um caminho sem a devida clareza de onde chegarão.

Uma sociedade que não escolhe o seu próprio destino, que não conhece a razão do que ela própria elabora para si, é uma sociedade fadada ao desastre. E assim está sendo tocado o projeto de acessibilidade no Brasil, isto é, a base do ativismo cego”

Como se tais limitações não bastassem, ainda conta-se com a falta de compromisso das pessoas que redigem leis, resoluções e outras coisas dessa natureza; pois tais pessoas ao redigi-las não o fazem de modo objetivo, entendendo que tais redações devem ter o máximo de clareza possível, para que as mesmas não encontrem percalços em nível de entendimento na hora de serem executadas.

Aqueles que se sentem responsáveis pelo aprimoramento da sociedade da qual fazem parte, podem verificar a veracidade do que aqui está dito, em dentre outros documentos que foram avaliados no processo investigatório, neste que agora cito: O Programa Nacional Viver Sem Limites.

As políticas públicas são executadas por seres humanos e para seres humanos, nesse caso específico nos referimos de modo particular aos servidores públicos, que são os executores dessas políticas. E se os mesmos não se encontram preparados para executá-las bem, o servidor não cumpre a missão que lhe é designada por lei, ou seja, o servidor deixa de servir.

A presente constatação me faz concluir que na sua formação o servidor, precisa ser levado a fazer os seguintes questionamentos: porque estou aqui? E para que?

Finalizando a presente abordagem, trago uma reflexão de Fausto Joaquim sobre uma das barreiras que o processo de inclusão enfrenta a qual talvez seja a maior de todas:

“Todas as épocas são permeadas de contradições, que lhe são peculiares e a era pós-industrial não foge a essa regra, pois embora a presente idade da história seja denominada por estudiosos a exemplo de **Jeremy Rifkin**, também de “A Era do Acesso”, existem elementos de natureza ideológica que insistem em impedir que tal tempo se consolide.

Estou a me referir quanto à contradição existente entre a proposta do capitalismo e a essência do projeto de inclusão; pois enquanto o primeiro concentra, o segundo compartilha, ao tempo em que este hierarquiza, aquele planifica.

Tal fato incontestável demonstra que os dois são de naturezas opostas e, portanto, jamais podem coexistir.

A presente realidade implica numa opção séria, vez que a coexistência do capitalismo e da inclusão é impossível”.

Quando digo que esta é a era das diversidades estou dizendo também que a mesma é permeada de diversos processos paradoxais. Dois desses citei acima, todavia não posso deixar de fazer referência a outro que constitui também mais um obstáculo quanto ao desdobramento da sociedade inclusiva. E este é denominado neoliberalismo, doutrina que consiste em privatizar o que é público, o que significa particularizar o que é comum.

**Jeremy Rifkin** cita no seu livro “A Era do Acesso” no capítulo 12 “A Nova Teoria dos Direitos” o trabalho de *MarcPherson* (2001, págs. 194-195) o qual diz que a exclusão tem início na privatização das coisas, pois quando se privatiza o que é público, se outorga automaticamente o direito de excluir quem quer que seja, do bem

apropriado.

"MarcPherson começou sua análise notando que nosso conceito atual de propriedade é, na maior parte, uma invenção dos séculos XVI e XVIII. A primeira característica da propriedade moderna, diz MarcPherson, é o direito de excluir os outros.

Ficamos tão convencidos que esse princípio cardinal da propriedade que perdemos de vista, diz MarcPherson, o fato de que, antes, na história, a propriedade era definida também como o direito de não ser excluído do uso do benefício de algo. Com essa finalidade a sociedade deixa de lado uma segunda categoria de propriedade - a propriedade pública que inclui coisas como parques, ruas e cidade, terras comuns e hidrovias. Toda pessoa tem o direito legal de não ser excluída do uso ou benefício dessas formas de propriedade pública. Ambas as formas de propriedade, privada e pública, formam o amplo espectro dos direitos de propriedades individuais de todo ser humano na sociedade: a primeira garante a cada pessoa o direito de excluir os outros do uso ou do benefício de algo, e a segunda garante a cada pessoa o direito de não ser excluída do uso ou benefício de algo".

Tal fato deixa claro, que se o projeto de sociedade inclusiva propõe inserir todos no mesmo contexto, este naturalmente é contrário ao projeto de estado neoliberal e vice e versa.

Se assim é, é também inegável que dentro de um estado neoliberal a inclusão se torna inviável, tanto quanto numa civilização inclusiva o neoliberalismo perde a condição de subsistir.

Esta constatação nos diz que a nossa sociedade é obrigada a fazer uma escolha entre um e outro, pois ambos são incompatíveis.

Quais são os desafios atuais para mantermos em curso o projeto de uma sociedade culturalmente inclusiva?

Ha de se considerar que o projeto de uma civilização inclusiva, passa frontalmente pela educação, pois a era da inclusão é também a era do

conhecimento e por conseguinte as pessoas só se incluem, quando têm estimulada a capacidade de pensar.

A sociedade inclusiva não é dos que atendem aos pré-requisitos físicos ou sensoriais preestabelecidos, com base no modelo industrial; mas dos que pensam, dos que têm ideias, dos que têm talento para vender.

Assim sendo, a educação é a ferramenta indispensável para que a inclusão se materialize. E ao reconhecermos este fato identificamos também que o discurso truculento de reivindicação sem base científica, já se faz ultrapassado.

Se em uma ponta a educação é essencial, na outra as políticas públicas também o são, todavia as mesmas precisam no mínimo ser revistas quando não, reelaboradas para que as distorções contidas nestas, e as omissões existentes nas próprias sejam consideradas.

Esses dois elementos, educação e política se constituem na viga mestra sob a qual a civilização acessível, deve ser erguida e, por conseguinte a mesma deve ser constantemente avaliada.

## **Referências**

RIFKIN, Jeremy. A Era do Acesso. São Paulo: Editora Makron Books,2001.

Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência Viver Sem Limites – Secretaria Nacional de Direitos Humanos – Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Presidência da República – 2014

SILVA, Fausto Joaquim Moreira da – A Era da Pós Deficiência – Editora Criação – Aracaju 2014

JESUS, Cristina M. Alves. Trabalho de Conclusão de Curso – Especialização em Acessibilidade Cultural – UFRJ – 2016.